ALENCAR, Gedeon. **Protestantismo tupiniquim: hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira.** São Paulo: Arte editorial, 2005.

Vitor Hugo da Silva¹

“Escrevo enquanto sociólogo e não teólogo” (p 9).

Utilizando-se das lentes da sociologia, é que, Gedeon Freire de Alencar, convida a leitura de sua obra. Gedeon é presbítero da Igreja Assembleia de Deus Betesda em São Paulo, bacharel em filosofia pela UECE, mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista, doutorando pela PUC-SP, e diretor pedagógico do Instituto Cristão de Estudos Contemporâneos (ICEC). É membro da Associação Brasileira de História da Religião, Associação de Professores de Missões do Brasil e da Rede de Teólogos e Cientistas Sociais do Pentecostalismo na América Latina e Caribe.

O “jeitinho brasileiro” de levar a vida se encarregou, também, de dar as formas do protestantismo em solo brasileiro. Em um país onde a miscigenação é incrustada em todos os círculos sociais, não poderia ser diferente ante ao círculo religioso, ou melhor: ante ao círculo religioso protestante. O sincretismo cultural existente na cultura brasilei-

¹ Vitor Hugo da Silva é Presbítero da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Joinville/SC. Estudante de Teologia na Faculdade Refidim – Jlle/SC.

ra se encarrega de dar formas a liturgia e cultura protestante. Como Alencar escreve: “Miscigenado desde seu início e com dimensões geográficas continentais, o Brasil é hoje o resultado de uma conjugação cultural imensa” (p. 26). Sim, o protestantismo tupiniquim em sua essência é sincrético, sofre influências culturais, tidas, na maioria das vezes, como “profanas”. Resumidamente: o protestantismo brasileiro é apenas um reflexo da sociedade brasileira, em todas as suas formas, caras e, obviamente, “jeitinhos”.

O autor discorrerá criticamente acerca do desenvolvimento do protestantismo em solo brasileiro, onde suas raízes, principalmente por parte do protestantismo de imigração, eram exclusivistas. Contudo, estas raízes foram perdendo forças e muitos grupos se viram obrigados a reverterem suas bases e visão religiosa em solo brasileiro, como foi o caso da igreja Luterana e da Congregação Cristã, as quais, até meados do século 30 e 40, utilizavam em sua liturgia, hinários em suas línguas nascentes: alemão e italiano, respectivamente (p. 20). Segundo Alencar, essa mudança está inteiramente ligada ao nacionalismo instituído pela era Vargas (p. 20).

Algo que percorre as páginas dessa obra é a existência de um preconceito subjetivo dentro de todos os ramos protestantes existentes no Brasil. Onde é admitido, e por vezes, divinizado, influências da cultura americana e cultura europeia. Contudo, tudo o que se refere a cultura afro é demonizada. Fica claro que para Gedeon de Alencar, o protestantismo brasileiro falha ao não diferenciar, com propriedade, a cultura afro, da religião afro. Algo totalmente distinto uma da outra.

Alencar levanta a questão da capacidade do protestantismo brasileiro em produzir cultura. Bem na verdade, o que é levantado é a não contribuição de produção cultural que o protestantismo, em solo brasileiro apresenta. Alencar faz uma analogia entre, procissões católicas e

a Marcha para Jesus. Mesmo em solo brasileiro, sendo influenciados por tal cultura, o “nosso” protestantismo ainda mantêm-se em solo estrangeiro a sua busca por sua identidade, como bem escreve Alencar: “[...] o protestantismo brasileiro manteve essa cara anglo-saxônica ou de *americanwaylife* [...] agora temos a Marcha para Jesus – ou *Jesus day*, já que estamos falando do *gospel*” (p. 77).

“É fácil, muito fácil, criticar o neopentecostalismo por seu sincretismo e suas práticas culturais modernas” (p. 81). Obviamente que, se falando em protestantismo brasileiro, não poderia ficar de fora o neopentecostalismo. E para os protestantes de cultura “pura” e crítico ávidos do movimento neopentecostal, Alencar finaliza: “[...] como se todos os demais segmentos cristãos fossem absolutamente puros”. (p. 81). Todos os segmentos cristãos, católicos ou protestantes, sofrem influências diretamente do judaísmo e da cultura helênica (p. 81). Alencar deixa bem claro que se trata de uma utopia acreditar em um cristianismo “puro”, não influenciado por qualquer cultura ao qual esteja inserido. Por isso, Alencar acredita que o “neopentecostalismo é a expressão mais brasileira do protestantismo” (p. 88).

Protestantismo tupiniquim, hipótese sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira, termina não oferecendo uma conclusão acerca do movimento protestante e seu futuro em terras brasileiras. Alencar foge destas conclusões, pois, segundo o autor, “seria uma temeridade fazer previsões, vaticinar” (p. 147). Para aqueles que desejam ser “doutrinados”, essa obra passa longe de tal função, contudo, para aqueles que desejam ampliar o seu campo sociológico, concernente ao envolvimento do protestantismo em solo brasileiro, tal obra se torna indispensável em sua biblioteca. Finalmente, mesmo fugindo do campo de análise teológica, é possível sentir, principalmente para quem está inserido em uma comunidade religiosa pro-

testante, de forma indireta e subjetiva, um pesado profetismo nos escritos de Gedeon de Alencar. Uma obra indispensável no meio acadêmico protestante.